



**XXIII SNPTEE  
SEMINÁRIO NACIONAL  
DE PRODUÇÃO E  
TRANSMISSÃO DE  
ENERGIA ELÉTRICA**

FI/GCR/06  
18 a 21 de Outubro de 2015  
Foz do Iguaçu - PR

**GRUPO – VI**

**GRUPO DE ESTUDO DE COMERCIALIZAÇÃO, ECONOMIA E REGULAÇÃO DE ENERGIA - GCR**

**ESTADO, EMPRESA E SOCIEDADE: PROVISÃO DE ENERGIA, DEBATE PÚBLICO E DESAFIOS NA ARENA REGULATÓRIA**

**Thadeu Figueiredo Rocha \***  
**ELETROBRAS**

**RESUMO**

Este artigo aborda questões fundamentais para se compreender a interface, as aproximações e distanciamentos entre os anseios do Estado, dos agentes e da sociedade no que concerne à provisão da infra-estrutura elétrica no Brasil. A investigação tem o intuito de fomentar reflexões sobre os desafios interpostos para a agência reguladora, os instrumentos de atuação do Estado no setor e, sobretudo, as correlações de forças decorrentes de uma análise das contribuições dos agentes nas Audiências Públicas da ANEEL.

**PALAVRAS-CHAVE**

ANEEL, Audiência, Estado e Regulação.

**1.0 - INTRODUÇÃO**

O presente artigo apresenta uma reflexão da atuação do Estado, das empresas e da sociedade brasileira no que concerne a defesa de seus interesses na arena regulatória do setor elétrico.

A análise do Estado requer uma visão prioritária e antecedente das reformas a partir dos anos 90 e dos respectivos mecanismos de atuação no setor, seja via atuação da agência reguladora, presença de empresas controladas pela União, definição da política energética e/ou articulação de diversas fontes de investimento e financiamento voltados para a expansão da infra-estrutura energética.

O papel das empresas é discutido a partir de uma breve análise do ambiente concorrencial no setor elétrico, intensidade dos movimentos de fusões e aquisições, busca de economias de escala e, sobretudo, defesa dos interesses corporativos nos espaços de discussão junto a Agência Reguladora.

O terceiro elo desta análise reside na atuação da sociedade, cujo olhar direciona-se para a atuação dos consumidores de energia elétrica na arena regulatória. Neste contexto, duas observações são necessárias: a atuação firme e articulada dos grandes consumidores de energia elétrica através das associações de classe e federações da indústria e a atuação mais pulverizada dos consumidores a partir dos PROCONs, institutos de defesa, conselho de consumidores e/ou atuação individualizada.

A contextualização destes três ângulos de análise se faz a partir de um exame mais detalhado das audiências públicas da ANEEL realizadas de 1998 a 2014. Após a seleção de uma amostra representativa das audiências ocorridas desde a criação da agência, realizou-se uma estratificação de todas as contribuições formais enviadas pelos agentes em blocos de interesses, tais como agentes, associações de classe, consumidores, órgãos da Administração Pública Federal, dentre outros.

A estruturação do artigo tem como ponto de partida um exame da regulação no Brasil e, consecutivamente, uma discussão sobre Estado e Mercado no setor elétrico e dos resultados da pesquisa realizada sobre a participação histórica dos agentes nas Audiências Públicas – APs da ANEEL. Os debates realizados nos espaços públicos oferecidos pela ANEEL permitem identificar o grau de articulação dos atores e a correlação de forças econômicas, sociais e políticas inerentes a discussão de uma agenda regulatória e seus atos normativos subsequentes.

## 2.0 - A REGULAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO NO BRASIL A PARTIR DA CRIAÇÃO DA ANEEL

Em um primeiro momento, cabe registrar que grande parte da burocracia que participou dos primeiros anos da ANEEL tinham uma trajetória profissional no Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), fundado em 1968.

A ANEEL foi criada pela Lei 9427 de 26 de Dezembro de 1996 e a sua instalação definida pelo Decreto 2335 de 1997. A primeira referência às agências reguladoras foi feita pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, idealizado pelo Ministério de Administração e Reforma do Estado – MARE (Peci, 2007).

A criação da ANEEL está contextualizada no âmbito de uma reforma mais profunda sobre o papel do Estado que ocorreu ao longo dos anos 90. O ambiente de fundação da ANEEL está intrinsecamente associado ao processo de privatização de empresas públicas, reordenamento do modelo setorial e novas diretrizes para a administração pública no Brasil. Todas estas decisões se alicerçavam nas novas leis aprovadas pelas Casas Legislativas.

Do ponto de vista ideológico, as reformas dos anos 90 guardam grande proximidade com as diretrizes definidas pelo Consenso de Washington e operacionalizadas por instituições multilaterais como Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial e governos em diversas partes do mundo.

A estruturação da ANEEL foi gradativa, seja em relação a ampliação do seu quadro técnico, realização de processos regulatórios e tarifários e interface com os diversos agentes do setor. A agência foi criada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e é digno de nota que diversas privatizações ocorreram antes mesmo da criação deste importante ente no setor.

Várias das diretrizes fundamentais das agências reguladoras estavam previstas no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado nos anos 90, tais como a disponibilidade de relatórios, a realização de consultas públicas, acesso aos documentos das decisões, dentre outros. Estas ações ampliam a participação dos cidadãos, a explicitação de conflitos de interesses, a responsabilização e, além disso, se configuram na essência da *accountability* e da ampliação de espaços democráticos do Estado Moderno (Pó et alli, 2006). A participação social é um avanço importante, sobretudo num país que vivenciou a transição de um regime militar para o democrático em um passado tão recente.

Convém registrar o grande esforço da Agência Reguladora de ampliar o seu espaço de interlocução com os diversos segmentos da sociedade, merecendo atenção os canais pela internet, as publicações informativas e explicativas, as reuniões públicas da Diretoria Executiva, o trabalho da Ouvidoria e, sobretudo, as Audiências e Consultas Públicas.

Pó et alli (2006) também aponta que uma das principais motivações para criação de agências regulatórias reside na necessidade de credibilidade regulatória e estabilidade de regras, resguardando o setor de ações oportunistas. Neste contexto, a estabilidade dos dirigentes, a autonomia administrativa, financeira e técnica almejam dotar o modelo brasileiro de agência de maior independência (Peci, 2007).

Em termos estruturais, o próprio desenho econômico do setor elétrico impõe, necessariamente, uma forte atuação regulatória. As indústrias de rede, caso dos segmentos de distribuição e transmissão, constituem monopólios naturais, nas quais a presença de uma única firma pode trazer maior economicidade do ponto de vista global, desde que o regulador evite preços abusivos e exija a prestação de serviços em níveis satisfatórios. A regulamentação das regras de comercialização (contratação, liquidação, preços, garantias, contabilização, lastro, sazonalização, outros) e associada ao segmento de geração (valores normativos, leilões, atrasos, indisponibilidade, testes, indenizações, investimento, modelos, outros) também demandam um grande empenho das áreas da agência. Gelis Filho (2006) reitera que a intervenção regulatória do Estado na economia se dá em relação a preços ou controle do comportamento dos agentes de forma direta.

O mercado de energia elétrica brasileiro tem algumas peculiaridades importantes que interferem no ambiente de negócios, na esfera decisória, no engendramento das forças políticas e nas relações de natureza regulatória. Primeiramente, a política energética constitui uma prerrogativa clara do núcleo decisório do governo, através do Comitê Nacional de Política Energética (CNPE) subordinado a Presidência da República. A operacionalização desta política guarda relação com a construção de uma base de coalizão legislativa capaz de aprovar os marcos legais para o setor. Além da primazia de nortear as diretrizes fundamentais para o segmento econômico em tela, o

Governo criou a Empresa de Política Energética, vinculada ao Ministério de Minas e Energia que, dentre outras atividades, realiza estudos de mercado e oferta de energia no curto, médio e longo prazo.

Em relação ao ambiente competitivo, a União é controladora do Sistema Eletrobras que possui grande representatividade nos segmentos de geração e transmissão e concessões de distribuição de energia elétrica que atendem uma área superior a 1/4 do território nacional. A Eletrobras exerce um papel estratégico para a provisão de energia elétrica no Brasil.

O Estado também se faz presente na estruturação de financiamento de longo prazo para o setor elétrico (atuação do BNDES, BB e CAIXA), atuação da Petrobras na geração de energia elétrica (sobretudo através de térmicas), monopólio em relação a geração nuclear (ELETRONUCLEAR), controle de fundos de pensão com investimentos maciços no setor (PREVI, FUNCEF) além da realização de programas governamentais e gestão de encargos setoriais.

Concomitantemente, o setor elétrico também congrega diversas empresas privadas nacionais, subsidiárias de grandes multinacionais, companhias estaduais e uma ampla gama de investidores corporativos, que vão desde fundos de investimento, bancos, empresas eletrointensivas, fornecedores, construtoras, dentre outras.

É neste contexto de elevada complexidade que se faz presente a atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A regulação não se faz com base num “ambiente de laboratório” ou com base num “modelo teórico meramente imaginário” e sim, com base em um amplo conhecimento das condições operativas, econômicas e sistêmicas. A riqueza dos debates travados nas audiências e consultas públicas pelos agentes comprovam a envergadura do desafio interposto para a ANEEL.

O número de agentes registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, vide Tabela 1, permite visualizar a interação múltipla dos atores e a grande demanda para uma atuação eficiente da agência.

Tabela 1: Número de Agentes do Setor Elétrico registrados na CCEE (por tipo)

Tipo de agente	2012	2013	2014
Comercializador	144	150	156
Produtor Independente	445	545	647
Gerador	32	39	41
Consumidor Especial	985	1142	1168
Consumidor Livre	592	613	623
Autoprodutor	41	45	51
Distribuidor	47	45	46
<b>Agentes</b>	<b>2286</b>	<b>2579</b>	<b>2732</b>

Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A busca do equilíbrio econômico financeiro das concessões não é trivial, na medida em que empresas, governo e sociedade buscam influenciar os caminhos do setor a partir de suas próprias “visões de mundo” e interesses focalizados. Daí, a necessidade de uma agência que valorize a comunicação com os mais diversos públicos como sistemática relevante para o seu próprio processo decisório.

Os casos reais são importantíssimos para um exame da efetividade da atuação regulatória. Peci (2007) aponta que a crise energética de 2001, por exemplo, abalaram seriamente a autonomia e estabilidade da ANEEL, na medida em que foi criado o Comitê de Gestão da Crise Energética que assumiu temporariamente muitas de suas funções.

Monteiro et alli (2013) traz duas questões importantes para o exame do macro-ambiente de atuação da agência, sendo elas a judicialização da política e a judicialização da regulação. A primeira diz respeito ao processo no qual o Judiciário é evocado para controlar constitucionalmente atos do Executivo e do Legislativo através das discussões sobre constitucionalidade enquanto a segunda diz respeito a judicialização dos atos regulatórios. As judicializações no setor elétrico demonstram que os processos negociais e regulamentares, em diversos casos, transcendem a arena regulatória, configurando efeitos colaterais não previstos quando da criação da ANEEL.

A interpretação do papel da ANEEL deve levar em conta os pressupostos metodológicos do institucionalismo histórico, no qual a construção institucional é influenciada pela trajetória, inflexões de rota e tipicidades do realidade brasileira, não sendo plausível a adoção de modelos de convergência ou mera reproduzibilidade de experiências vivenciadas em outros países e em condições econômicas, sociais, políticas e culturais notadamente assimétricas. Em relação ao papel do Estado, Peci (2007) parte de uma perspectiva histórica para evidenciar que a intervenção estatal é um movimento natural de autoproteção da sociedade dos efeitos nocivos do mercado, observável todas as vezes que o subsistema econômico tenta sobrepor ao social.

Em termos políticos, a Agência também convive com uma problemática de natureza weberiana relativo à delegação de poderes a burocracias especializadas por parte de governos eleitoralmente constituídos, remontando a questão central relativa à interface entre burocracia, política e democracia (Mello, 2001, Meirelles et alli 2006). As teorias inspiradas na Nova Administração Pública (*New Public Management*) visam dar ao administrador público mais autonomia gerencial, reforçando um movimento de tornar a administração pública mais parecida com a administração de empresas (Peci, 2007). Parente (2008) chama atenção para as fortes disputas políticas entre os partidos para a nomeação dos diretores das agências reguladoras.

Outro fenômeno que demanda um exame mais apurado reside no debate sobre a razoabilidade das auditorias do Tribunal de Contas da União sobre a atuação das agências reguladoras e eventual conflito de jurisdições. Gomes et alli (2006) enaltece que na esteira dos preceitos da nova gestão pública, calcada sobre em resultados e responsabilização dos administradores públicos a partir de seu desempenho, o Tribunal de Contas da União vem ampliando seu escopo de atuação além das auditorias de regularidade, tendência também observada em entidades do gênero nos Estados Unidos (US General Accounting Office – GAO) ou Reino Unido (UK National Audit Office – NAO). Um exemplo desta situação refere-se a interferência do TCU na metodologia de cálculo para a remuneração do capital de terceiros no processo de revisão tarifária, em discrepância com o entendimento da própria ANEEL (Parente, 2006).

O Tribunal de Contas da União realiza auditorias abrangentes sobre as agências reguladoras, avaliando a eficiência e efetiva regulatória, a gestão, a governança, a satisfação dos usuários e o atendimento de metas, podem impor aos agentes multas, condenações para ressarcimento do prejuízo aos cofres públicos, indisponibilidade dos bens dos gestores, inabilitação para o exercício de cargo de confiança na Administração Pública Federal, dentre outros (Gomes et alli, 2006).

Após este breve relato do ambiente de negócios na qual a ANEEL está inserida, cabe visualizar a interface entre Estado e Mercado na provisão da infra- estrutura elétrica.

### 3.0 - ESTADO E MERCADO NA PROVISÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

O setor elétrico brasileiro é bastante complexo e esta análise se respalda no exame de sua construção histórica, na análise dos diversos atos regulatórios (leis, decretos, portarias, despachos, resoluções, processos, dentre outros) e no mapeamento do ambiente competitivo.

Em relação ao ambiente concorrencial, vale registrar que as privatizações dos anos 90 fortaleceram grandes grupos privados nacionais e permitiram um grande movimento de entrada de grandes players globais para atuação no Brasil. A privatização de diversas companhias estaduais de distribuição e de ativos de geração (caso da Gerasul) trouxeram ao Brasil empresas com forte atuação em mercados mais robustos (Estados Unidos e Europa), tais como Duke Energy, Iberdrola, Endesa, Eletricité de France, AES, Southern, dentre outras. Nos anos mais recentes, chama a atenção a voracidade das empresas chinesas por ativos e negócios no Brasil.

A reflexão deste período é importante pois demonstra desafios que foram interpostos a Agência Reguladora e que se fazem presentes até os dias atuais. Um destes desafios reside nos processos de revisão e reajuste tarifária previstos nos contratos de concessão assinados pós privatizações. Estes processos despertam o interesse de diversas partes. As concessionárias buscam maior rentabilidade, os consumidores almejam tarifas módicas e qualidade de fornecimento enquanto o Governo pode demonstrar diversos interesses conjunturais ou estruturais.

Em termos dos interesses governamentais conjunturais, é preciso atentar que a dinâmica dos preços administrados, caso das tarifas de energia elétrica, tem um peso significativo nos índices de inflação que são acompanhados minuciosamente pelo Comitê de Política Monetária – COPOM, haja vista que o Brasil adota o regime de metas de inflação. Neste sentido, é possível observar uma forte presença do Ministério da Fazenda nas audiências e consultas públicas da ANEEL, sobretudo nos últimos anos. Outro interesse nítido reside no monitoramento dos riscos financeiros sistêmicos do setor elétrico brasileiro que podem impactar as contas do Tesouro Nacional e a adimplência intra-setorial.

A atuação meramente regulatória não reproduz o prisma de possibilidades de atuação estatal no setor elétrico brasileiro. Os canais múltiplos de atuação estatal contemplam desde as definições das diretrizes da política energética, das estratégias corporativas do Sistema Eletrobras como importante agente no setor, como também em

relação ao financiamento de longo prazo (papel do BNDES, Caixa, BB), parcerias com outros Estados Nacionais em empreendimentos binacionais, parceria com empresas multinacionais atuantes no Brasil, política industrial seletiva (caso do Proinfa), programas sociais (caso do Luz Para Todos), regramento diferenciado para energia nuclear, incentivo a pesquisa e desenvolvimento, dentre outros.

A infra-estrutura energética é chave para o desenvolvimento econômico, atração de indústrias, crescimento das cidades, fortalecimento do setor de serviços, transformação industrial, geração de empregos, cidadania e equidade (universalização do acesso e repartição de custos dos Sistemas Isolados).

Neste sentido, a visão de um Estado exclusivamente regulador no setor elétrico constitui uma opção reducionista que limita as possibilidades de desenvolvimento do país. O caso real distancia a aplicabilidade de modelos teóricos descontextualizados da realidade brasileira.

A velocidade e os recursos para a expansão da infra-estrutura energética de geração e transmissão exigirá grandes aportes das empresas controladas pela União e por empresas privadas. A modelagem de estruturação de investimentos via Sociedades de Propósito Específicos – SPEs, por si só, já demonstra a necessidade de composições e parcerias, sobretudo para projetos estruturantes. Na Tabela 2, observa-se a previsão de R\$ 223 bilhões de investimentos em geração até 2023.

Tabela 2: Estimativa de Investimentos em Geração de Energia - PDE 2023 (R\$ bi)

Tipo de Fontes	Usinas Contratadas e Autorizadas		Usinas Planejadas		Total	
	R\$ bi	%	R\$ bi	%	R\$ bi	%
HIDRO	29,0	36,0	56,6	39,7	85,6	38,4
PCH +BIOMASSA + EÓLICA	46,3	57,5	70	49,1	116,3	52,1
TERMELÉTRICA	5,2	6,5	16	11,2	21,2	9,5
Nuclear	2,6	3,2	0,0	0,0	2,6	1,2
Gás Natural	2,3	2,9	16	11,2	18,3	8,2
Carvão		0,0	0,0	0,0	0	0,0
Óleo Combustível/diesel	0,3	0,4	0,0	0,0	0,3	0,1
Total	80,5	100,0	142,6	100,0	223,1	100,0

Fonte: EPE/MME (PDE 2023)

Na Tabela 3 e 4, observam-se as necessidades de recursos para investimentos em subestações e quilômetros de rede, respectivamente.

Tabela 3: Estimativa de Investimentos no Sistema de Transmissão em Subestações (com fronteira) por Nível de Tensão – SIN (2014-2023)

	800kV	600kV	500 kV	440 kV	345 kV	230 kV	Total
R\$ bi	6,8	0,8	12,9	0,5	2,1	5,1	28,2
(% )	24,0	3,0	45,6	1,9	7,3	18,2	100,0

Fonte: EPE/MME (PDE 2023)

Tabela 4: Estimativa de Investimentos no Sistema de Transmissão - Linhas de transmissão (Km) por Nível de Tensão – SIN (2014-2023)

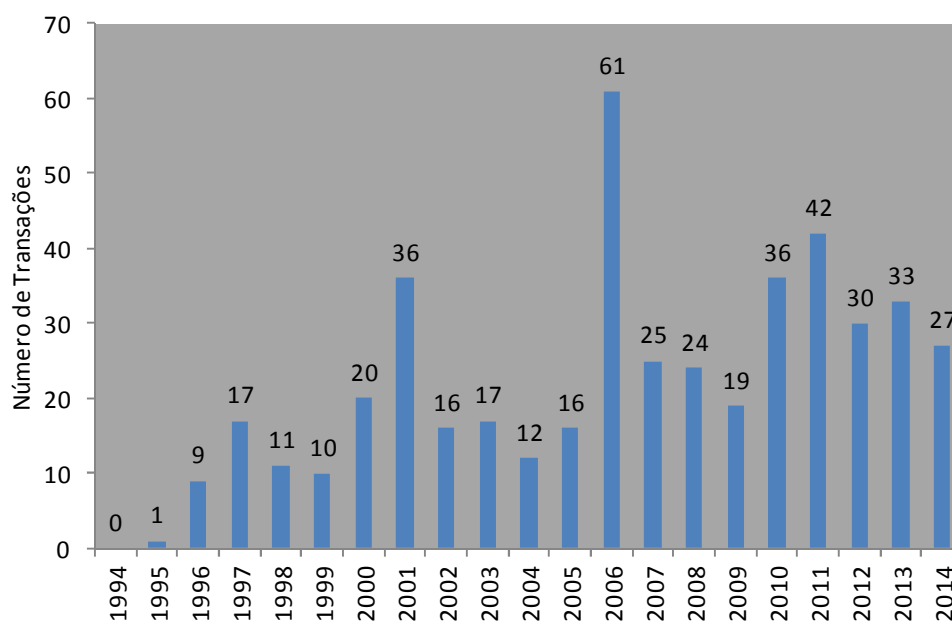
	800kV	600kV	500 kV	440 kV	345 kV	230 kV	Total
R\$ bi	7,4	1,9	32,3	0,5	1,4	6,2	49,8
(% )	14,9	3,8	64,9	1,0	2,9	12,5	100,0

Fonte: EPE/MME (PDE 2023)

Desta forma, é válido afirmar a necessidade de grande participação privada nos novos leilões de geração e transmissão a serem realizados no nosso país. A atuação da ANEEL, assim como do próprio MME e das instituições setoriais (EPE, ONS, CCEE, dentre outros) são chaves para criar um ambiente mais seguro para os investidores tradicionais e potenciais.

Em relação aos principais competidores do setor elétrico brasileiro, convém destacar os portfólios da Eletrobras, Cemig, CPFL, Neoenergia, Copel, Equatorial, Energias de Portugal, AES, GDF Suez, Duke Energy, Eletricité de France, a State Grid, Iberdrola, Endesa, E.ON, ENEL, dentre outras. Existe um enorme espaço para novas consolidações, fusões, aquisições, troca de ativos, venda de participações tanto pela própria dinâmica do ambiente competitivo quanto em função de licitações decorrentes da Lei 12783/2013.

Na Figura 1, podemos observar o grande movimento de fusões e aquisições entre companhias energéticas desde o Plano Real. No período de 1994 até o terceiro trimestre de 2014 já ocorreram 477 transações societárias entre companhias energéticas. No levantamento da KPMG de 9618 transações ocorridas em 43 setores, o setor energético ocupa a 5ª colocação, atrás apenas dos setores Ti, Alimentos, Telecomunicações e Instituições Financeiras.



Fonte: KPMG \*3 trim 2014

Figura 1: Fusões e Aquisições entre Companhias Energéticas desde o Plano Real (1994/2014).

No próximo tópico, discute-se um estudo de caso das participações dos consumidores, empresas e entes estatais nas Audiências Públicas da Aneel desde a sua criação até dezembro de 2014.

#### 4.0 - DISPUTA DE INTERESSES NA ARENA REGULATÓRIA: UM ESTUDO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DA ANEEL DE 1998 A 2014

Os mais diversos agentes expõem e defendem os seus interesses nas consultas e audiências públicas da ANEEL. Dentre os mais atuantes, chamam à atenção as concessionárias de energia elétrica, as mais diversas associações de classe, as representações de consumidores (com destaque para os consumidores industriais), ministérios (com destaque para o Ministério da Fazenda), universidades, consultorias, organizações não governamentais (destaque para ONGs ambientais), fornecedores de equipamentos, construtoras de grande porte, sindicatos, representantes de governos estaduais e municipais, dentre outros.

O prisma de interesses em jogo reflete a complexidade de uma interação de múltiplos atores (Pó et alli, 2006). Além disso, a presença de processos transparentes e participativos, em alguns casos, pode reduzir a assimetria de informação entre regulador e regulado trazendo benefícios multilaterais e conferindo maior credibilidade ao processo. Estes processos também são importantes na detecção de externalidades positivas ou negativas em todo o setor e eventuais efeitos colaterais decorrente dos atos normativos.

No intuito de trazer elementos para este debate, realizamos uma pesquisa dos temas das 926 Audiências Públicas - APs realizadas pela Aneel de 1998 até dezembro de 2014. Primeiramente, foi feita uma triagem, na qual foram desconsideradas as APs de interesse e abrangência restrita, como por exemplo, APs específicas de reajuste e revisão tarifária de cada uma das distribuidoras, transmissoras, cooperativas, dentre outros. A intenção foi selecionar temas que pudessem demandar o interesse dos mais diversos agentes. Após esta triagem, definimos uma amostra de 520 Audiências. Foram catalogadas as contribuições nestas audiências em diversos blocos tais

como empresas do setor, associações de classe, representantes de consumidores (industrial e geral) e de ministérios do governo.

As audiências perfazem assuntos de geração, transmissão, distribuição, comercialização, regras societárias, atuação da Aneel, agenda regulatória, encargos setoriais, programas setoriais, eficiência energética, P&D, dentre outros.

Na Tabela 5, podemos observar a divisão das 5247 contribuições analisadas da seguinte forma:

Tabela 5: Análise das Contribuições dos Agentes nas APs da ANEEL (Amostra de 520 audiências).

Grupos	Observações da Pesquisa	Contribuições nas APs	% do Total
Concessionárias, Holdings e Empresas do Setor	Empresas G-T-D e holdings atuantes no setor	3695	70,4
Associações de Classe - Negócios SEB	ABCE, ABDIB, ABEER, ABESCO, ABIMAQ, ABINEE, ABRAGE, ABRACEEL, ABRADDE, ABRATE, ABRAGEF, ABRAGET, ABSOLAR, APME, APINE, ABEEÓLICA, COGEN, ÚNICA, OUTRAS	995	19,0
Representantes dos Consumidores Industriais	ABRACE, ABIAPPE, CNI, FEDERAÇÕES DAS INDÚSTRIAS, ABICLOR, IBS, ABAL, CONSUMIDORES ELETROINTENSIVOS	342	6,5
Representante dos Consumidores - Geral**	ANACE, PROCON, IDEC, PROTESTE E CONSELHOS DE CONSUMIDORES.	159	3,0
Ministérios do Governo	MIN. MINAS E ENERGIA, MIN. INTEGRAÇÃO, MIN. JUSTIÇA, MIN. MEIO AMBIENTE, MIN. FAZENDA, OUTROS	56	1,1
Total		5247	100

Fonte: Elaboração Própria

\* nas APs ainda se destacam as contribuições de comercializadoras, sindicatos, entes do setor (EPE, MME, CCEE, ONS), prefeituras, ONGs e fornecedores. Estas contribuições não estão computadas neste trabalho.

\*\* as contribuições individualizadas de consumidores não foram computadas neste trabalho.

Os resultados permitem observar a força das concessionárias na arena regulatória, a relevância da atuação articulada das associações de classe e a participação ainda limitada dos representantes dos consumidores. Os consumidores são mais presentes nas Audiências de reajuste e revisão tarifária das distribuidoras, o que exige cautela na análise destes resultados.

Outro ponto de destaque reside na forte cultura regulatória de empresas como Cemig, Grupo AES, Copel, CPFL e de importantes associações de classe, conforme Tabela 6.

Tabela 6: Empresas e Associações de Classe com Maior Nº de Participações nas APs da Amostra.

Empresas	Nº Contribuições	Associações	Nº Contribuições
CEMIG*	301	ABRADEE	249
GRUPO AES	287	APINE	201
COPEL	259	ABRACE	151
CPFL	240	ABRAGE	126

Fonte: Elaboração Própria (\*) inclui TAESA.

Neste contexto, as audiências públicas constituem *locus* privilegiados de disputa de interesses, atuação de entidades associativas, ações coordenadas entre empresas do mesmo grupo econômico, atuação articulada de consumidores eletrointensivos (destaque para as atividades da indústria de alumínio, soda cloro, mineração, siderurgia, cobre, dentre outros).

## 5.0 - CONCLUSÃO

Desde a criação da ANEEL, ressalta-se a existência de diversos espaços para manifestações e contribuições das mais diversas partes envolvidas pelo ambiente regulatório. Este artigo contemplou um exame do Governo, das empresas e dos consumidores neste mesmo ambiente.

A ANEEL tem logrado enorme êxito em relação a abertura destes processos participativos. De 1998 até 2014 já foram realizadas 926 Audiências Públicas e 231 consultas públicas, perfazendo 1157 processos. A ANEEL também realiza reuniões públicas da sua Diretoria Executiva (em 2014, foram 46 reuniões ordinárias e 15 extraordinárias). A Ouvidoria da ANEEL também tem recebido um volume crescente de reclamações e consultas de informações (em 2014 foram 710.245 pedidos de informação e 121.162 reclamações). Todas estas iniciativas ampliam a credibilidade regulatória.

A análise das Audiências Públicas comprovam que empresas com grande poder econômico (seja relacionada ao negócio energia elétrica ou consumidora de energia de grande porte) tem atuado de forma efetiva nos mais diversos temas colocados para a consulta dos agentes. Os consumidores tem se organizado em institutos de defesa, conselhos e associações, mas não possuem a mesma força destes agentes.

É preciso dotar a Agência de estrutura, autonomia financeira, profissionais e condições para o exercício de seu papel institucional. O Estado Brasileiro tem uma atuação no setor que transcende a esfera regulatória e esta condição é fundamental para um país que almeja o desenvolvimento social e econômico sustentável. Para tanto, o ritmo de crescimento da infra-estrutura energética tende a ser acelerado ao longo dos próximos dez anos, conforme exposto no Plano Decenal.

Por fim, a conciliação de interesses e a busca de um equilíbrio dinâmico tripartite entre os anseios do Estado, das empresas e da sociedade perfaz um enorme desafio para as agências reguladoras e um caminho sem volta em direção a maturidade institucional, governança pública e atração de investimentos.

## 6.0 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, Infomercado Mensal, Fevereiro 2015.

Gelis Filho, Antonio. Análise comparativa do desenho normativo de instituições reguladoras do presente e do passado. *Rev. Adm. Pública*, Ago 2006, vol.40, no.4.

KPMG. Pesquisa de Fusões e Aquisições 2014 – 3º trimestre, Fev 2015.

Gomes, Eduardo Granha Magalhães. As agências reguladoras independentes e o Tribunal de Contas da União: conflito de jurisdições?. *Rev. Adm. Pública*, Ago 2006, vol.40, no.4, p.615-630.

Meirelles, Fernanda e Oliva, Rafael Delegação e controle político das agências reguladoras no Brasil. *Rev. Adm. Pública*, Ago 2006, vol.40, no.4, p.545-565.

Ministério de Minas e Energia. Plano Decenal de Expansão 2023. Brasília, 2014.

Monteiro, Maurílio de Abreu, Ravena, Nirvia and Conde, Cláudio Luciano da Rocha Judicialização da regulação e perda da qualidade do fornecimento de energia elétrica em áreas periféricas. *Rev. Adm. Pública*, Abr 2013, vol.47, no.2, p.403-419. ISSN 0034-7612

Olivieri, Cecília. Agências regulatórias e federalismo: a gestão descentralizada da regulação no setor de energia. *Rev. Adm. Pública*, Ago 2006, vol.40, no.4, p.567-588. ISSN 0034-7612

Parente, Virginia. Governança Regulatória: o caso Aneel in Seroa da Motta et alli. Marcos regulatórios no Brasil: incentivos ao investimento e governança regulatória. Rio de Janeiro, IPEA, 2008, 212 p.

Peci, Alketa. Reforma regulatória brasileira dos anos 90 à luz do modelo de Kleber Nascimento. *Rev. adm. contemp.*, Mar 2007, vol.11, no.1, p.11-30. ISSN 1415-6555

Pó, Marcos Vinicius and Abrucio, Fernando Luiz Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e *accountability* das agências reguladoras brasileiras: semelhanças e diferenças. *Rev. Adm. Pública*, Ago 2006, vol.40, no.4, p.679-698. ISSN 0034-7612



## 7.0 - DADOS BIOGRÁFICOS



Nome: Thadeu Figueiredo Rocha

Naturalidade: Belo Horizonte/MG

Nascimento: 10/04/1977

Graduação: Economia (UFMG, BH/MG, 2002), Administração de Empresas (UNA, BH/MG/2003)

Pós Graduação: Especialização em Economia e Gestão da Energia (IE/COPPEAD, 360 h/a, RJ/RJ, 2006), Mestrado em Ciência Política (PPGCP/UFF, Niterói/RJ, 2011), MBA Executivo de Liderança e Gestão de Estatais (Uniceub, 420 h/a, 2012), Doutorando em Ciência Política (PPGCP/UFF, Niterói/RJ, previsão de defesa de tese no segundo semestre de 2015).

Experiência Profissional: Estágio de Nível Superior na Cemig (2001/02), Analista Nível Superior da Eletrobras (a partir de 2003 até os dias atuais), primeiro representante dos empregados eleito e reeleito para o Conselho de Administração da Eletrobras holding (2012 a 2014), integrante do Comitê de Auditoria e Riscos do Conselho de Administração da Eletrobras (2013/2014). Experiência profissional na Diretoria de Engenharia da Eletrobras (2003 a 2014) e na Diretoria de Regulação (a partir de 2014 até os dias atuais).